

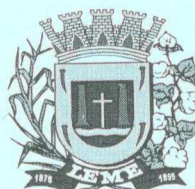
PROCESSO Nº

468/18

REG. PROC. Nº

FOLHA Nº

FL. 1



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

C/ EMENDAS

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 24/18

DISPÕE SOBRE PROIBIÇÃO DO USO DE APARE-
LHOS DE SOM, PORTÁTEIS OU INSTALADOS EM
VEÍCULOS AUTOMOTORES ESTACIONADOS, PARADOS
NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS QUE
VENHAM PERTURBAR O sossego público

Autor: de

VER. ADEMIR A. LOPEZ

AUTUAÇÃO

Aos 5 (CINCO) dias do mês de MARÇO de 2018
autuo o P.L. Nº 24/18 em FRENTE

Eu,

,subscrevi

Autógrafo de Cui

34/18

10/05



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
462/18	463/18
02	

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME.

Processo 462/18

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME	
Prot. N. 463	L. N.º
Recebido em 5/3/2018	Fls. 12
FUNCIONÁRIO	

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº
24/2018.**

"Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som, portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, parados nas vias e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e da outras providências"

Artigo 1º - Fica expressamente proibido a utilização de equipamentos de som automotivo e equipamento sonoro de qualquer natureza, em qualquer tipo de veículo automotor, estacionado nas vias públicas ou privadas e demais logradouros do município, bem como em espaços privados de livre acesso ao público, tais como postos de combustíveis e estacionamentos, com emissão de sons ou ruídos em excesso, que possam perturbar o sossego público, independentemente do nível de intensidade sonora, especialmente no horário noturno, dispensando o uso de decibelímetro para sua aferição,

Parágrafo 1º - Entende-se por aparelhos de som, para os fins desta Lei, todos os tipos de aparelho eletroeletrônico reproduzidor, amplificador ou transmissor de sons, sejam eles de rádio, televisão, vídeo, cd, dvd, mp3, ipod, celulares, gravadores, viva-voz, instrumentos musicais ou assemelhados.

Parágrafo 2º - Entende-se por vias e logradouros públicos, para os fins desta Lei, a área compreendendo o leito carroçável, o meio-fio, as calçadas, a entrada e saída de veículos nas garagens e todas as áreas destinadas a pedestres.

Parágrafo 3º - Excluem-se das proibições estabelecidas no *caput*, veículos profissionais previamente adequados à legislação vigente e devidamente autorizados, também veículos publicitários utilizados em manifestações sindicais, populares e eventos de entidades religiosas.

Parágrafo 4º - A Administração Pública Municipal poderá fazer ampla divulgação da presente Lei, nos meios de comunicação do município através de mídias apropriadas. inclusive em *outdoors* e afins.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
462/18	462/18
03	03

Parágrafo 5º - A Administração Pública Municipal poderá disponibilizar, em sítio eletrônico - "site", formulário apropriado para que os cidadãos possam registrar, inclusive de forma anônima, suas denúncias, bem como, indicar locais de ocorrência e de emissão de pressão sonora acima da permitida nesta Lei.

Parágrafo 6º - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á todo e qualquer equipamento de som automotivo rebocado, instalado ou acoplado nos porta-malas ou sobre a carroceria dos veículos e, ainda, os assemelhados.

Parágrafo 7º - Para os veículos em movimento serão observadas as normas constantes do art. 228 do Código de Trânsito Brasileiro combinado com a Resolução nº 204, de 20 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN e suas atualizações.

Parágrafo 8º - Não se incluirão na vedação do "caput. do Artigo 1º, sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados em carro de bombeiros, viaturas policiais, ambulâncias e alarmes automotivos quando os mesmos forem acionados em razão de tentativa de furto.

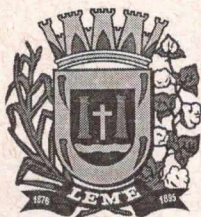
Parágrafo 9º - Durante o período eleitoral deverão ser observadas as determinações da Justiça Eleitoral, em relação aos veículos automotores que portarem aparelhos de som.

Artigo 2º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao condutor do veículo e/ou ao possuidor do aparelho sonoro que for a fonte de emissão da pressão sonora ou ruídos, valor que será dobrado na primeira reincidência e triplicado a partir da segunda reincidência, sem prejuízo das demais penalidades porventura aplicáveis.

Parágrafo Único - A atuação dos agentes de fiscalização poderão ocorrer independentemente de denúncia ou reclamação.

Artigo 3º - Constatada a irregularidade a autoridade municipal responsável pela fiscalização e/ou agente público delegado com tal finalidade poderá apreender provisoriamente o aparelho de som ou o veículo no qual ele estiver instalado, o qual será só liberado, após o pagamento da multa que trata no artigo 2º.

Parágrafo 1º - O proprietário do veículo responderá por eventuais custas de remoção e estadia.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
Proc. 462/18	Fis. 04
17	

Parágrafo 2º - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa prevista nesta lei, o condutor e o proprietário do veículo utilizado no cometimento da infração às posturas municipais, independentemente da apuração de qualquer outra responsabilidade, se houver.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições e, contrário.

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 05 de março de 2018

Ademir Albano Lopes
Vereador

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 337/2016.**



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
Proj. 462/18	Fin. 05

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA.

A presente proposta visa ofertar mais uma ferramenta para que o Poder Público possa com firmeza exercer o seu verdadeiro papel do Poder de Polícia, coibindo abusos e conduzindo os infratores ao pensamento de que vivem em uma sociedade, onde dizemos que o liberdade e o direito de alguém termina onde começa o direito e a liberdade de outrem.

Não somos contra a produção de sons, somos contra os abusos praticados e, isso tem sido uma conduta normal de nossos jovens que equipam seus veículos com alto-falantes e aparelhos potentes que perturbam o sossego público e prejudicam o meio ambiente.

Não se trata apenas de perturbação do sossego público, mas também uma agressão ao meio ambiente.

De forma que, com a aprovação deste projeto, nossas autoridades terão mais uma ferramenta para coibir os abusos, preservar o meio ambiente e principalmente a saúde auditiva dos próprios condutores que exorbitam com o volume de seus sons quando transitam ou estacionam nas ruas de nossa cidade, estas são razões pelas quais eu rogo aos meus Pares que aprovelem esta proposta a bem do interesse público e dos nossos munícipes.

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 05 de março de 2018

Ademir Albano Lopes
Vereador

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 337/2016.**

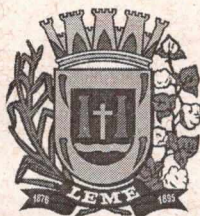
JUNTADA

Em 12 de 3 de 20 10

raço juntada a estes autos 20

parceira

Funcionário [Signature]



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
462/18	06

PROJETO DE LEI Nº 24/2018

EMENTA: Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som, portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, parados nas vias e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e dá outras providências”

AUTORIA: Vereador Ademir Albano Lopes

PARECER JURÍDICO

Senhor Presidente.

O presente processo apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som, portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, parados nas vias e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e dá outras providências.

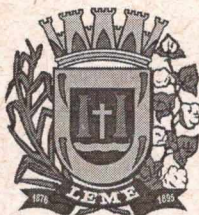
Assim, cumpre-me manifestar sobre o projeto avaliando-o estritamente quanto aos aspectos formais da proposição em tela e não quanto ao mérito da proposição.

É o relatório.

Passo a opinar.

A Constituição Federal de 1988 contemplou a existência de entes federativos em três esferas distintas, a saber, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando cada um de autonomia e atribuindo a estes campos de atuação estatal determinados.

Com isso, o Constituinte conferiu aos Municípios, de forma suplementar, poder para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
PROF. 462/18	FIR. 07

ainda para legislar sobre assuntos de interesse local, disposto no art. 30, incisos I e II da Carta Magna:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”

(...)

O artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Leme, preceitua:

“Art. 30 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei.”

.”
(...)

Cumpre-me fazer uma análise que a poluição sonora é considerada crime (art. 54, da Lei 9.605/97) ou contravenção (art. 42, III, da Lei das Contravenções Penais), dependendo das peculiaridades do caso. Além disso, sua proibição está disposta na Resolução nº 01/90, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolução nº 204/06, do Conselho Nacional de Trânsito, pelo Código Civil e outras normas legais.

Considera-se poluição do meio ambiente:

“a presença, o lançamento ou a liberação, nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, com intensidade, em quantidade, de concentração ou com características em desacordo com as que forem estabelecidas em decorrência desta Lei, ou que tornem ou possam tornar as águas, o ar ou solo: impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde,



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
462/18	08
7	

inconvenientes ao bem estar público, danosos aos materiais, à fauna e à flora, prejudiciais à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade (art. 2º, da Lei Estadual n. 997/76).

E assim sendo, a poluição sonora caracteriza dano ambiental e toda lesão ao meio ambiente deve ser indenizada.

Sabemos ainda que, o proprietário de um bem *"(...) tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha"* (art. 1.228, "caput", do Código Civil).

Contudo, *"o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas"* (art. 1228, §1º, do Código Civil).

Além disso, *"(...) são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem"* (art. 1228, §2º, do Código Civil).

Quanto a indenização, não é só a agressão às matas ciliares, florestas, rios e lagos que deve ser indenizada.

A lesão ao ambiente urbano pelo uso nocivo da propriedade também faz nascer esse dever, pois o bem-estar e a sadia qualidade de vida estão incluídos no conceito legal de meio ambiente. E *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (art. 225, caput, da Constituição Federal).

"As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados" (Art. 225, § 3º, da Constituição Federal).



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
Proc. 462/18	Fin. 09

No caso em tela, a espécie normativa foi adequadamente aplicada através de Lei Ordinária, estando o presente Projeto de Lei bem redigido, contendo sua justificativa, conforme o disposto no artigo 30, § 3º da LOM, e ainda, estando devidamente instruído, portanto, em condições de iniciar a sua tramitação pela Casa.

Cumpre-me atentar no presente projeto de Lei a Comissão de Constituição, Justiça e Redação emendas para melhor redação aos parágrafos 4º e 5º, do artigo 1º, a fim de não deixar tais parágrafos tratando-se de lei autorizativa, uma vez que deve-se atentar para o fato de que o Poder Executivo não necessita de autorização para administrar.


Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo (art. 78, I, II e III do RICML).

Para aprovação do Projeto da Lei nº 24/2018 será necessário o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal, conforme dispõe o artigo 29 da LOM.

Diante dos fatos e razões apresentados no presente parecer técnico-jurídico baseado nos elementos formais, aconselhamos a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a análise do Projeto de Lei nº 24/2018, observando o disposto acima mencionado.

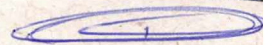
No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 12 de março de 2018.


Lisânia Cristina Alves De Carli Azevedo de Góis
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 201.427

Ao Expediente

12 / 03 / 20 18



PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de

C.J.F. ☒

O.F.C. ☐

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

P.U.O.P.S. ☐

Em 12 / 03 / 18

VISTA

Em 13 de março de 20 18

Com vista às comissões

Funcionário [assinatura]

JUNTADA

Em 14 de 3 de 20 18

ação juntada a estes autos 20

parecer

Funcionário [assinatura]



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 24/2.018

EMENTA: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE APARELHOS DE SOM, PORTÁTEIS OU INSTALADOS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES ESTACIONADOS, PARADOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS QUE VENHAM PERTURBAR O SOSSEGO PÚBLICO

AUTORIA: Ademir Albano Lopes

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO;

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE;

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO e

COMISSÃO DE SAÚDE, CULTURA, LAZER E TURISMO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Comissão de Obras e Serviços Públicos e Comissão de Saúde, Lazer, Cultura, Lazer e Turismo; reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei ordinária, apresenta um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

1-)

Trata-se de projeto de lei ordinária que busca autorização legislativa para proibir, quando perturbar o sossego público, o uso de aparelhos de som, sejam eles instalados ou portáteis, em veículos estacionados ou parados no Município de Leme.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
462/18	468/18
	11

2-)

Portanto, no que concerne a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, entendemos que o projeto em questão, não ofende as Normas Superiores e estando bem redigido e instruído, esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo por esta Casa, pois que, nada obsta a sua legal tramitação.

3-)

Já no tocante à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Comissão de Obras e Serviços Públicos e Comissão de Saúde, Cultura, Lazer e Turismo, entendemos presente interesse e conveniência, principalmente, porque, esse é um problema que vem se alastrando em nosso Município, o que traz graves prejuízos aos munícipes e ao meio ambiente.

4-)

Diante disso, as comissões de mérito, por unanimidade de seus Membros são **FAVORÁVEIS** que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira",
em 14 de março de 2.018.

Pela Comissão C. J.e R.

Amarilis de Oliveira Ribeiro
Vice-Presidente

Ellan Ricardo da Paixão
Presidente


Elias Eliel Ferrara
Secretário




CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
462/18	12

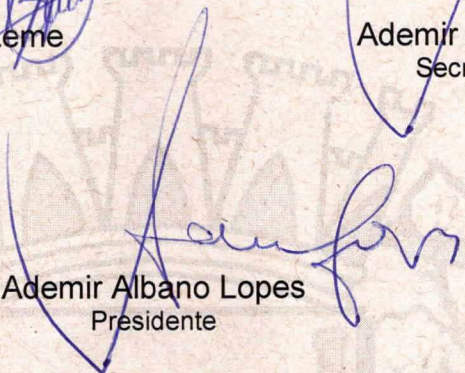
Pela Comissão O.F.C.



Elias Eliel Ferrara
Presidente


Alexandre dos Santos Leme
Vice-Presidente


Ademir Albano Lopes
Secretário

Pela Comissão de O.S.P.



Ademir Albano Lopes
Presidente



Marimarcos Muniz Felix
Vice-Presidente


Adenir de Jesus Pinto
Secretário

Pela Comissão de Saúde, Cultura, Lazer e Turismo


Amarilis de Oliveira Ribeiro
Presidente

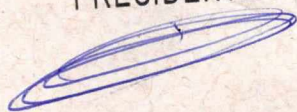

Ellan Ricardo da Paixão
Vice-Presidente

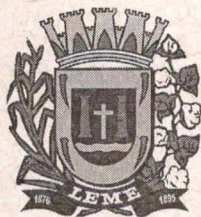

Ricardo de Moraes Canata
Secretário

A Ordem do Dia

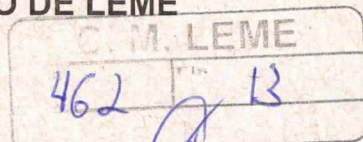
26/3 /20 18

PRESIDENTE





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



A Ordem do Dia

26 / 03 / 20 18

PRESIDENTE



A requerimento do Vereador Ademir Albano Lopes, aprovado por unanimidade pelo plenário, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental.

Em 26 de março de 2018.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente

VISTA

Em 26 de março de 20 18

Com vista Ademir A. Lopes

Funcionário

RECEBIMENTO

em 06 de abril de 20 18

Recebi estes autos com 13 folhas de texto

que são de autoria da Secretaria.

Funcionário

JUNTADA

em 06 de abril de 20 18

agregada a estes autos de

Exemplar materializada no

01118

Funcionário



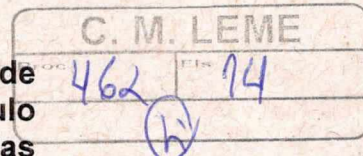
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 24/2018

EMENTA: “Dispõe sobre proibição do uso de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículo automotores estacionados, parados nas vias públicas e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e dá outras providências.”

AUTORIA: Vereador Ademir Albano Lopes.

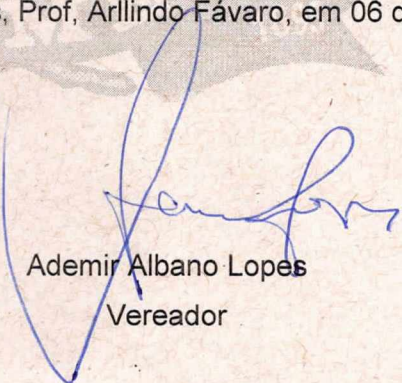


EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

O Parágrafo 8º do Artigo 1º do Projeto de Lei em questão passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo 8º - Não se incluirão na vedação do "caput. do Artigo 1º, sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados em carro de bombeiros, viaturas policiais e ambulâncias.”

Sala das Sessões, Prof, Arllindo Fávaro, em 06 de abril de 2018.


Ademir Albano Lopes
Vereador

JUNTADA

Em 12 de 4 de 2018

Documento juntada a estes autos na

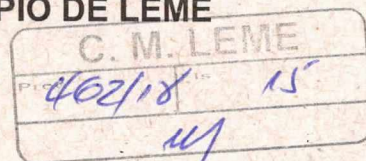
Emenda Aditiva

201 em face

Funcionário [Assinatura]



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 24/18.

EMENTA: “Dispõe sobre proibição do uso de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, parados nas vias públicas e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e dá outras providências”.

AUTORIA: Vereador Ademir Albano Lopes



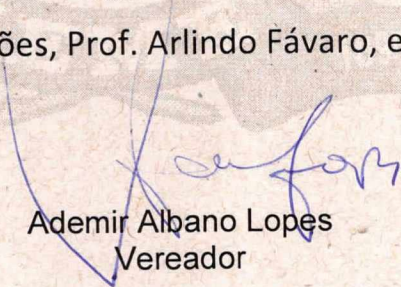
EMENDA Aditiva nº 01/2018

Acrescenta-se o parágrafo 10 ao artigo 1º do Projeto de Lei com a seguinte redação:

“Artigo 1º -

Parágrafo 10 -. Fica proibido, num raio de 100 metros de escola, creche, biblioteca pública, cemitério, hospital, ambulatório, casa de saúde ou similar, independentemente de horário a utilização de equipamento de som automotivo ou equipamento sonoro de qualquer natureza.”

Sala das Sessões, Prof. Arlindo Fávoro, em 12 de abril de 2018.


Ademir Albano Lopes
Vereador

JUSTIFICATIVA: Aperfeiçoamento da proposta original

A Ordem do Dia

16 / 4 / 20 14

PRESIDENTE



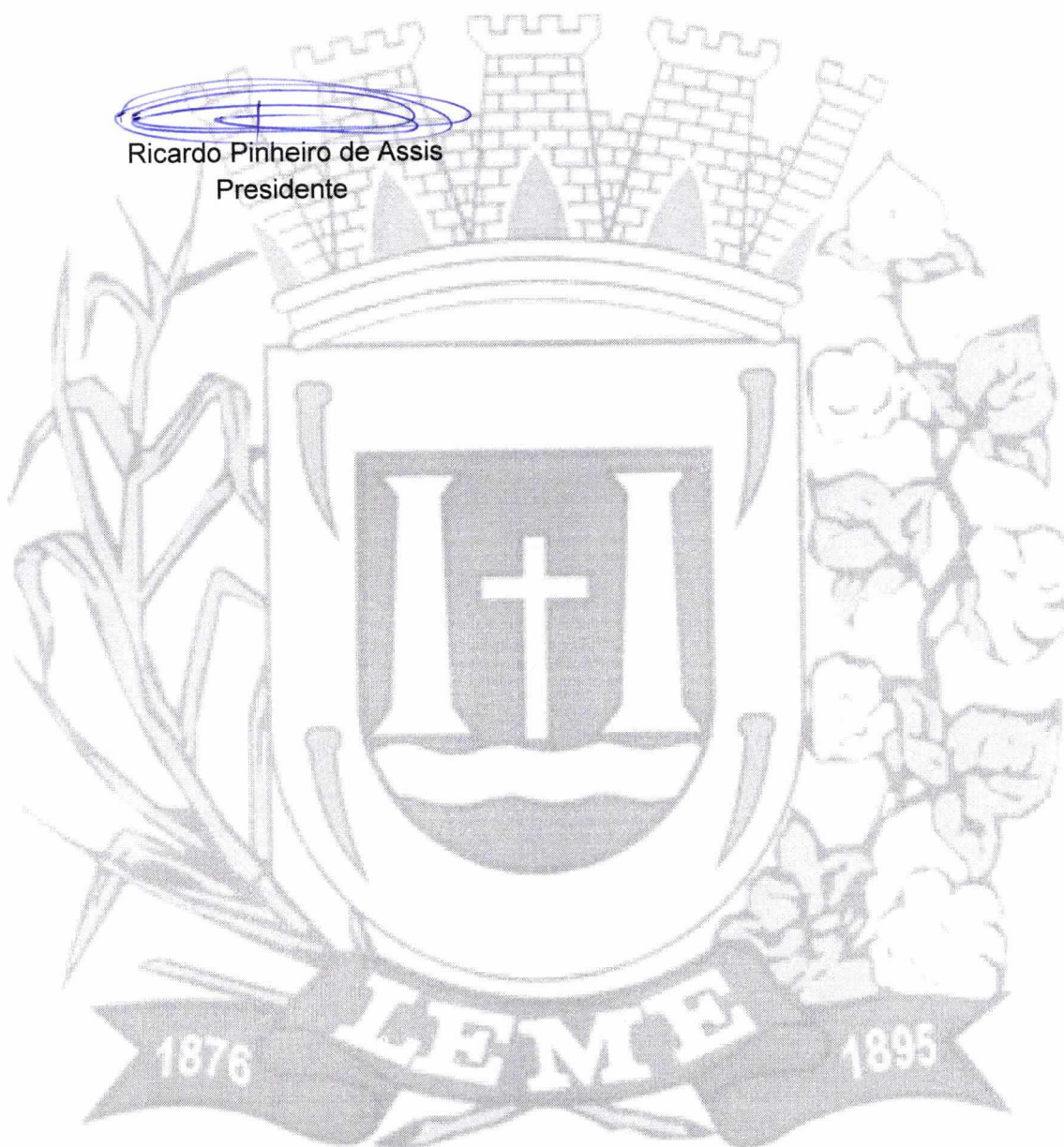


CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
462	16
<i>[Handwritten signature]</i>	

Projeto de Lei nº 24/18 aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação, com acatamento das Emendas.
Em 16 de abril de 2018.

[Handwritten signature]
Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Redação Final

C. M. LEME	
462	17

"Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som, portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, parados nas vias e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e das outras providências"

Artigo 1º - Fica expressamente proibido a utilização de equipamentos de som automotivo e equipamento sonoro de qualquer natureza, em qualquer tipo de veículo automotor, estacionado nas vias públicas ou privadas e demais logradouros do município, bem como em espaços privados de livre acesso ao público, tais como postos de combustíveis e estacionamentos, com emissão de sons ou ruídos em excesso, que possam perturbar o sossego público, independentemente do nível de intensidade sonora, especialmente no horário noturno, dispensando o uso de decibelímetro para sua aferição.

Parágrafo 1º - Entende-se por aparelhos de som, para os fins desta Lei, todos os tipos de aparelho eletroeletrônico reproduzidor, amplificador ou transmissor de sons, sejam eles de rádio, televisão, vídeo, cd, dvd, mp3, ipod, celulares, gravadores, viva-voz, instrumentos musicais ou assemelhados.

Parágrafo 2º - Entende-se por vias e logradouros públicos, para os fins desta Lei, a área compreendendo o leito carroçável, o meio-fio, as calçadas, a entrada e saída de veículos nas garagens e todas as áreas destinadas a pedestres.

Parágrafo 3º - Excluem-se das proibições estabelecidas no *caput*, veículos profissionais previamente adequados à legislação vigente e devidamente autorizados, também veículos publicitários utilizados em manifestações sindicais, populares e eventos de entidades religiosas.

Parágrafo 4º - A Administração Pública Municipal poderá fazer ampla divulgação da presente Lei, nos meios de comunicação do município através de mídias apropriadas. inclusive em *outdoors* e afins.

Parágrafo 5º - A Administração Pública Municipal poderá disponibilizar, em sítio eletrônico - "site". formulário apropriado para que os cidadãos possam registrar, inclusive de forma anônima, suas denúncias, bem como, indicar locais de ocorrência e de emissão de pressão sonora acima da permitida nesta Lei.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
PROT. 463	18

Parágrafo 6º - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á todo e qualquer equipamento de som automotivo rebocado, instalado ou acoplado nos porta-malas ou sobre a carroceria dos veículos e, ainda, os assemelhados.

Parágrafo 7º - Para os veículos em movimento serão observadas as normas constantes do art. 228 do Código de Trânsito Brasileiro combinado com a Resolução nº 204, de 20 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN e suas atualizações.

Parágrafo 8º - Não se incluirão na vedação do "caput. do Artigo 1º, sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados em carro de bombeiros, viaturas policiais, ambulâncias.

Parágrafo 9º - Durante o período eleitoral deverão ser observadas as determinações da Justiça Eleitoral, em relação aos veículos automotores que portarem aparelhos de som.

Parágrafo 10 - Fica proibido, num raio de 100 metros de escola, creche, biblioteca pública, cemitério, hospital, ambulatório, casa de saúde ou similar, independentemente de horário a utilização de equipamento de som automotivo ou equipamento sonoro de qualquer natureza.

Artigo 2º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao condutor do veículo e/ou ao possuidor do aparelho sonoro que for a fonte de emissão da pressão sonora ou ruídos, valor que será dobrado na primeira reincidência e triplicado a partir da segunda reincidência, sem prejuízo das demais penalidades porventura aplicáveis.

Parágrafo Único - A atuação dos agentes de fiscalização poderão ocorrer independentemente de denúncia ou reclamação.

Artigo 3º - Constatada a irregularidade a autoridade municipal responsável pela fiscalização e/ou agente público delegado com tal finalidade poderá apreender provisoriamente o aparelho de som ou o veículo no qual ele estiver instalado, o qual será só liberado, após o pagamento da multa que trata no artigo 2º.

Parágrafo 1º - O proprietário do veículo responderá por eventuais custas de remoção e estadia.

Parágrafo 2º - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa prevista nesta lei, o condutor e o proprietário do veículo utilizado no cometimento da infração às posturas municipais, independentemente da apuração de qualquer outra responsabilidade, se houver.

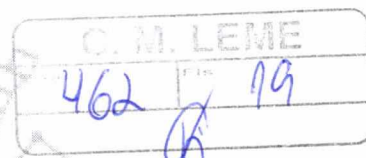


CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO


Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições e, contrário.



Leme, 16 de abril de 2018.


Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente